

CARTA DE RESPONSABILIDADE

Abelardo Luz/SC, 11 Março de 2024

À

LINEAR AUDITORES INDEPENDENTES S/S

Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 299 – E. Edifício Venturo – Salas 901 e 902 – Centro - Cep 89802-140 - Chapecó – SC

Assunto: Carta de Responsabilidade da administração da COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ABELARDO LUZ – SULCREDI/CREDILUZ, referente às Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de Dezembro de 2023.

Prezados Senhores:

Com referência ao seu exame das Demonstrações Contábeis da COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ABELARDO LUZ – SULCREDI/CREDILUZ, relativas ao exercício findo em 31/12/2023, reconhecemos que a apresentação desta carta de responsabilidade constitui-se num procedimento de auditoria requerido pelas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, para permitir-lhes formar uma opinião sobre se as Demonstrações Contábeis retromencionadas e a seguir identificadas, refletem, com adequação, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31/12/2023, os resultados das operações, as mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa no exercício findo em 31/12/2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Para fins de identificação, as Demonstrações Financeiras examinadas por Vossas Senhorias apresentam os seguintes valores básicos:

TOTAIS	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ativo	280.905.953,70	239.605.026,85
Passivo	232.401.457,95	197.683.142,36
Patrimônio Líquido	48.504.495,75	41.921.884,49
(=) Total do Passivo + Patrimônio Líquido	280.905.953,70	239.605.026,85
Sobras ou Perdas do Semestre	836.098,08	1.128.163,60

* valores em Reais

Essas contas estão de acordo com os livros da empresa e as Demonstrações Financeiras transcritas no livro diário e também concordarão com quaisquer publicações ou divulgações para outros fins.

Com base em nossos conhecimentos e opinião, como administradores da empresa, confirmamos as seguintes informações:

01 – A escrituração contábil e os controles internos adotados pela Cooperativa no período são de nossa responsabilidade, sendo adequados ao tipo de atividade e volume de transações que tem a cooperativa.

02 – Confirmamos que todas as transações efetuadas no período pela Cooperativa foram devidamente registradas na contabilidade de acordo com a legislação vigente.

03 – A cooperativa tem cumprido todas as disposições de seus contratos que poderiam, em caso de descumprimento, ter um efeito relevante sobre as Demonstrações Financeiras.

04 – Nossa administração cumpriu todas as normas e regulamentos a que a Cooperativa está sujeita e não houve qualquer comunicação referente à inobservância de exigências de autoridades regulamentadoras a respeito de aspectos financeiros.

05 – Foram adequadamente contabilizados e divulgados nas Demonstrações Financeiras o saldo das provisões de risco de crédito, conforme legislação em vigor, principalmente no tocante a devida classificação das operações renovadas/re negociadas, sendo o saldo apurado representativo do real risco da nossa carteira de crédito.

06 – Não temos planos ou intenções que possam afetar substancialmente o valor ou a classificação de ativos e passivos constantes das demonstrações contábeis.

07 – Não existem irregularidades pendentes envolvendo a administração ou empregados que possam ter efeito significativo sobre as Demonstrações Financeiras.

08 – As estimativas foram contabilizadas com base em dados consistentes confirmados por nosso assessor jurídico.

09 – Não é de nosso conhecimento qualquer evento subsequente à data do encerramento do semestre até a presente data, que possa afetar de forma relevante a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado do período.

10 – Não há nenhum fato conhecido que possa impedir a continuidade normal das atividades da cooperativa.

11 – Julgamos que os seguros contratados foram efetuados em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer, impedindo a continuidade normal dos negócios da cooperativa.

12 - As transações com partes relacionadas divulgadas nas Demonstrações Financeiras referem-se a saldos de depósitos (a vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelos empregados e administradores. Inclui-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade a empregados e administradores em troca dos serviços que lhe são prestados.

Atenciosamente,

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ABELARDO LUZ – SULCREDI/CREDILUZ

DENILSON LUIZ RODIGHERO
Presidente / Diretor Resp. Área Contábil
CPF: 543.432.089-15

FRANCIELI DIAS DA SILVA
Contadora
CRC PR 064.037/O-6 T/SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2023

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ABELARDO LUZ – SULCREDI/CREDILUZ

CNPJ/MF nº 01.073.966/0001-11

ATIVO			PASSIVO		
DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2023	31/12/2022	DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE	179.320.273,03	146.577.174,70	PASSIVO CIRCULANTE	204.887.375,58	184.479.718,96
DISPONIBILIDADES (NE 12)	1.311.924,49	1.003.389,87	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	179.207.192,99	145.880.376,32
INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NE 2.1)	186.053.307,05	152.664.605,19	Depósitos à Vista	18.200.405,78	19.212.136,59
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	82.289.918,85	75.753.603,75	Depósitos a Prazo	161.006.787,21	126.668.239,73
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	11.343.259,30	2.511.647,59	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NE 2.1)	20.266.555,30	33.892.435,96
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	76.695,47	-	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	34.685,35	21.054,00
Depósitos no Banco Central	11.266.563,83	2.511.647,59	Repasse Interfinanceiros		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NE 04 e NE 2.1)	92.420.128,90	74.399.353,85	Obrigações por empréstimos no País (NE 08)	20.231.869,95	33.871.381,96
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (NE 2.1)	(11.294.642,90)	(9.091.701,41)	OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	5.413.627,29	4.706.906,68
(-) Operações de Crédito (NE 04 b)	(11.062.669,13)	(8.841.878,42)	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	34.434,30	52.591,30
(-) Outros Créditos	(231.973,77)	(249.822,99)	Sociais e Estatutárias	1.412.293,74	1.253.280,12
OUTROS ATIVOS	3.249.684,39	2.000.881,05	Fiscais e Previdenciárias	555.155,15	468.014,75
Diversos (NE 05)	868.880,42	1.182.981,54	Diversas (NE 09)	3.411.744,10	2.933.020,51
Ativos não financeiros mantidos para venda (NE 06 e NE 2.1)	2.066.587,93	648.124,20	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	27.514.082,37	13.203.423,40
Material em estoque (NE 2.1)	314.216,04	169.775,31	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	27.514.082,37	13.203.423,40
ATIVO NÃO CIRCULANTE	101.585.680,67	93.027.852,15	Obrigações por empréstimos no País (NE 08)	27.514.082,37	13.203.423,40
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	96.775.177,91	89.221.592,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	48.504.495,75	41.921.884,49
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NE 04a)	96.724.244,91	89.170.659,00	CAPITAL SOCIAL (NE 10)	32.515.749,92	27.036.847,09
OUTROS ATIVOS	50.933,00	50.933,00	De Domiciliados no País	32.515.749,92	27.036.847,09
Ativos não financeiros mantidos para venda (NE 06 e NE 2.1)	50.933,00	50.933,00	RESERVAS DE LUCROS	15.152.647,75	13.756.873,80
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 07b)	4.810.502,76	3.806.182,58	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	836.098,08	1.128.163,60
Outras Imobilizações de Uso	8.136.046,68	6.708.633,84	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	280.905.953,70	239.605.026,85
(Depreciações Acumuladas)	(3.325.543,92)	(2.902.451,26)			
INTANGÍVEL (NOTA 07b)	-	77,57			
Ativos Intangíveis	74.959,02	74.959,02			
(Amortização acumulada)	(74.959,02)	(74.881,45)			
TOTAL DO ATIVO	280.905.953,70	239.605.026,85			

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

* valores em Reais

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ABELARDO LUZ – SULCREDI/CREDILUZ

CNPJ/MF nº 01.073.966/0001-11

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	2º sem 2023	31/12/2023	31/12/2022
		TOTAL	TOTAL
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	25.806.550,07	49.675.409,29	39.637.128,03
Operações de Crédito	20.731.125,55	39.765.251,89	30.934.395,90
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.075.424,52	9.910.157,40	8.702.732,13
DISPÊNDIOS E DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(14.718.960,51)	(29.138.461,00)	(21.823.726,14)
Operações de Captação no Mercado	(9.935.432,25)	(19.205.659,58)	(13.855.561,44)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.141.918,25)	(6.301.164,07)	(5.303.169,34)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.641.610,01)	(3.631.637,35)	(2.664.995,36)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.087.589,56	20.536.948,29	17.813.401,89
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(8.471.286,65)	(16.417.524,63)	(12.996.381,30)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	156.275,31	365.632,07	334.257,64
Rendas de Tarifas Bancárias	128.835,74	270.135,47	218.601,44
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(5.908.464,59)	(11.493.456,32)	(8.318.635,80)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(4.394.990,86)	(8.642.973,19)	(8.875.594,45)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(7.330,54)	(43.524,08)	(88.872,05)
Despesas com Depreciação	(307.565,03)	(541.071,27)	(449.605,55)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	2.556.057,76	4.918.495,15	5.279.528,36
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(694.104,44)	(1.250.762,46)	(1.096.060,89)
RESULTADO OPERACIONAL	2.616.302,91	4.119.423,66	4.817.020,59
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	6.389,04	(2.665,75)	(22.574,67)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE LUCRO	2.622.691,95	4.116.757,91	4.794.445,92
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	(121.235,12)
Provisão para Imposto de Renda	-	-	(70.511,09)
Provisão para Contribuição Social	-	-	(50.724,03)
JUROS AO CAPITAL		(1.727.906,29)	(1.449.886,21)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DESTINAÇÕES LEGAIS	2.622.691,94	2.388.851,61	3.223.324,58
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(1.552.753,54)	(2.095.160,98)
Fundo de Reserva - 50%		(1.194.425,80)	(1.611.662,29)
FATES - 5%		(119.442,58)	(161.166,23)
FEF - 10%		(238.885,16)	(322.332,46)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO AGO	2.622.691,95	836.098,08	1.128.163,60

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ABELARDO LUZ – SULCREDI/CREDILUZ

CNPJ/MF nº 01.073.966/0001-11

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	2º sem 2023	31/12/2023	31/12/2022
		TOTAL	TOTAL
Sobra Líquida do período	2.622.691,95	836.098,08	1.128.163,60
Outros Resultado abrangentes		-	-
Resultado Abrangente do período	2.622.691,95	836.098,08	1.128.163,60

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ABELARDO LUZ – SULCREDI/CREDILUZ
CNPJ/MF nº 01.073.966/0001-11

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2º SEM 2023	31/12/2023	31/12/2022
Sobras Perdas líquidas antes do IR e CSLL	2.622.691,95	4.116.757,91	4.673.210,80
Contas resultado Credora	28.743.504,45	55.469.032,82	45.691.622,60
Contas resultado Devedoras	(26.120.812,50)	(51.352.274,91)	(40.897.176,68)
Apuracao Resultado (IR CSLL)	-	-	(121.235,12)
Ajustes as sobras/perdas líquidas	307.565,03	541.071,27	449.605,55
Despesas de depreciacao e amortizacao	307.565,03	541.071,27	449.605,55
Despesas de Depreciação	307.565,03	541.071,27	449.605,55
Outros Ajustes	-	-	-
Destinações dos resultados fundo reserva e FATES	-	-	-
Varições Patrimoniais (afetam o resultado/receitas e despesas)	2.144.665,24	1.167.703,03	(5.792.902,41)
Operações de Crédito	(11.683.443,03)	(23.353.570,25)	(26.378.347,52)
Operações de Crédito	(11.683.443,03)	(23.353.570,25)	(26.378.347,52)
Outros Creditos	(305.381,80)	316.916,44	(455.224,23)
Outros Creditos	(305.381,80)	316.916,44	(455.224,23)
Outros Valores e Bens	(312.907,06)	(1.562.904,46)	(587.652,40)
Outros Valores e Bens	(312.907,06)	(1.562.904,46)	(587.652,40)
Depósitos	15.089.601,38	33.326.816,67	25.500.402,27
Depósitos	15.089.601,38	33.326.816,67	25.500.402,27
Relações Interfinanceiras/Interdependenciais	(3.961.751,72)	(8.817.980,36)	(15.163.755,73)
Relações Interfinanceiras	(3.961.751,72)	(8.817.980,36)	(15.163.755,73)
Obrigações por empréstimos e repasses	3.186.358,10	671.146,96	10.986.412,70
Empréstimos no país outras instituições	3.186.358,10	671.146,96	10.986.412,70
Outras obrigações	132.189,37	587.278,03	305.262,50
Outras obrigações	132.189,37	587.278,03	305.262,50
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.074.922,22	5.825.532,21	(670.086,06)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de investimentos	-	-	-
Aquisições de imobilizado de uso	(271.661,29)	(1.565.978,42)	(1.464.352,89)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(271.661,29)	(1.565.978,42)	(1.464.352,89)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Varições patrimoniais			
Aumento/(redução) de capital	2.918.218,76	5.478.902,83	3.186.528,16
Aumento/(redução) de capital	2.918.218,76	5.478.902,83	3.186.528,16
Reservas de lucro	(37.537,01)	(37.537,01)	-
Reservas de lucro	(37.537,01)	(37.537,01)	-
Sobras ou perdas acumuladas	(1.727.906,29)	(2.856.069,89)	(2.304.824,38)
Destinação das sobras relativas ao exercício anterior	(1.727.906,29)	(2.856.069,89)	(2.304.824,38)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.152.775,46	2.585.295,93	881.703,78
MOVIMENTAÇÃO DE CAIXA	5.956.036,39	6.844.849,72	(1.252.735,17)
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	5.956.036,39	6.844.849,72	(1.252.735,17)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	77.645.806,95	76.756.993,62	2.256.125,04
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	83.601.843,34	83.601.843,34	1.003.389,87

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ABELARDO LUZ – SULCREDI/CREDILUZ

CNPJ/MF nº 01.073.966/0001-11

2022

DESCRIÇÃO	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Reserva Contingências	Sobras a Disposição AGO	TOTAL
Saldo Exercício Anterior	23.850.318,93	-	11.822.879,05	-	854.938,17	36.528.137,11
Mutações Exercício Atual	3.186.528,16	-	1.611.662,29	322.332,46	273.225,44	5.393.748,34
1. Destinação Sobras Anteriores ou Perdas Rateadas	-	-	-	-	(854.938,17)	(854.938,17)
2. Integralização de Capital	4.800.198,99	-	-	-	-	4.800.198,99
3. Baixas de Capital	(1.613.670,83)	-	-	-	-	(1.613.670,83)
4. Sobras ou perdas do exercício					3.223.324,58	3.223.324,58
5. Destinações para reservas			1.611.662,29	322.332,46	(1.933.994,75)	-
6. Destinações Fates					(161.166,23)	(161.166,23)
Saldo Exercício Atual	27.036.847,09	-	13.434.541,34	322.332,46	1.128.163,60	41.921.884,49
Mutações	3.186.528,16	-	1.611.662,29	322.332,46	273.225,44	5.393.747,38
Variações %	13,36%	0,00%	13,63%	0,00%	31,96%	14,77%

* valores em Reais

2023

DESCRIÇÃO	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Reserva Contingências	Sobras a Disposição AGO	TOTAL
Saldo Exercício Anterior	27.036.847,09	-	13.434.541,34	322.332,46	1.128.163,60	41.921.884,49
Mutações Exercício Atual	5.478.902,83	-	1.194.425,80	201.348,15	(292.065,53)	6.582.611,25
1. Destinação Sobras Anteriores ou Perdas Rateadas	-	-	-	-	(1.128.163,60)	(1.128.163,60)
2. Integralização de Capital	7.057.221,32	-	-	-	-	7.057.221,32
3. Baixas de Capital	(1.578.318,49)	-	-	-	-	(1.578.318,49)
4. Baixas de Reservas	-	-	-	(37.537,01)	-	(37.537,01)
5. Sobras ou perdas do exercício					2.388.851,61	2.388.851,61
6. Destinações para reservas			1.194.425,80	238.885,16	(1.433.310,96)	-
7. Destinações Fates					(119.442,58)	(119.442,58)
Saldo Exercício Atual	32.515.749,92	-	14.628.967,14	523.680,61	836.098,08	48.504.495,75
Mutações	5.478.902,83	-	1.194.425,80	201.348,15	(292.065,52)	6.582.611,26
Variações %	20,26%	0,00%	8,89%	62,47%	-25,89%	15,70%

* valores em Reais

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ABELARDO LUZ – SULCREDI/CREDILUZ, é uma cooperativa de crédito rural. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as suas atividades em 18/03/1996 e tem por objetivos principais:

- I - propiciar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados, em suas necessidades pessoais e atividades específicas, com a finalidade de melhoria de condições de vida sua e de sua família, e ainda fomentar a produção e a produtividade rural, bem como a sua circulação e industrialização;
- II - a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo e o associativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito;

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

NOTA 02.1 - Mudanças nas Políticas Contábeis

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva. Apresentamos para as contas contábeis relativas a essa NE 2.1, nova estrutura para os saldos de 2022, visando atender ao que tange ao aspecto de comparabilidade dos dados, não registrando reflexos nos resultados do período, conforme orienta NBC TG 23, §28.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registradas mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Operações ativas e passivas

As operações ativas e passivas com encargos pré e pós-fixados são registradas pelo valor principal, com acréscimo dos respectivos encargos incorridos.

c) Operações de crédito e Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN 2.682/1999 e 2.697/2000.

d) Permanente

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado está registrado ao custo histórico.

Os encargos de depreciação dos bens do ativo imobilizado e amortização do intangível, foram calculados pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 7, item “b”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

A administração pretende quando entender necessário revisar as taxas de depreciação conforme requer a NBC TG 27 de forma a reconhecer o montante com base na vida útil estimada. Considerando avaliação histórica dos dados, natureza dos bens e a atividade econômica da sociedade, estima-se como sendo pouco representativo o reflexo no resultado do período.

e) Redução ao valor recuperável de ativo

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN nº 4.924 de 24/6/2021, determinou a adoção dos Pronunciamentos Técnicos - CPC 00 (R2), CPC 01 (R1), CPC 23, CPC 46 e CPC 47, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, também previsto na Lei 11.638/2007, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Considerando a natureza da sociedade, tipo de atividade, circunstâncias econômicas, aspectos tecnológicos e outras evidências típicas da atividade, o Conselho de Administração não submeteu suas unidades geradoras de caixa ao teste de recuperabilidade previsto na NBC TG 01. O Conselho de Administração tem conhecimento que os respectivos ativos possuem valor líquido de venda maior em relação ao seu uso. (Valor recuperável).

f) Passivos contingentes

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex-colaboradores, em ações tributárias, cíveis e trabalhistas. Essas contingências são avaliadas mensalmente por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda é considerado provável.

g) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base “pro rata” dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

h) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2023			31/12/2022
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	65.300.986,00	88.561.182,67	153.862.168,67	130.124.189,24
Financiamentos	6.320.337,45	5.832.018,42	12.152.355,87	10.644.103,39
Financiamentos rurais e agro-industriais	20.798.805,45	2.331.043,82	23.129.849,27	22.801.720,22
Carteira total	92.420.128,90	96.724.244,91	189.144.373,81	163.570.012,85

* valores em Reais

b) Composição da carteira de créditos

Níveis de Risco	Carteira		Provisão para Perdas esperadas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Nível A	18.042.849,78	19.718.086,88	92.621,00	101.119,92
Nível B	70.551.359,01	68.923.501,79	705.513,59	689.235,02
Nível C	79.686.933,07	55.424.609,16	2.390.607,99	1.662.738,27
Nível D	8.005.299,15	10.645.893,39	800.529,92	1.064.589,34
Nível E	5.197.108,61	2.285.842,39	1.559.132,58	685.752,72
Nível F	3.101.565,22	2.901.389,78	1.550.782,61	1.450.694,89
Nível G	1.985.925,10	1.609.804,00	1.390.147,57	1.126.862,80
Nível H	2.573.333,87	2.060.885,46	2.573.333,87	2.060.885,46
Total (i)	189.144.373,81	163.570.012,85	11.062.669,13	8.841.878,42

* valores em Reais

c) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	31/12/2023	31/12/2022
Saldo anterior	6.877.793,21	6.995.605,96
Lançadas contra prejuízo	2.727.286,95	1.101.575,16
Recuperadas de prejuízo	(1.700.900,52)	(1.219.387,91)
Saldo Final	7.904.179,64	6.877.793,21

* valores em Reais

NOTA 05 – OUTROS ATIVOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Ativos - Diversos	31/12/2023			31/12/2022
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Adiantamento de Férias	8.253,78	-	8.253,78	45.733,14
Adiantamento para aquis. Imobilizado	-	-	-	532.823,29
IRPJ e CSLL a compensar	67.779,42	-	67.779,42	112.018,67
Consórcio Banco do Brasil	79.510,67	-	79.510,67	46.827,80
Devedores investimento BRDE	12.028,54	-	12.028,54	13.905,04
Cartão Sulcredi Elo	424.378,41	-	424.378,41	-
Cartão Sulcredi Unik	231.973,77	-	231.973,77	249.822,99
Transitória de caixa	2.760,00	-	2.760,00	-
Diferenças quebra de caixa	-	-	-	200,00
Devedores diversos - País	24.489,73	-	24.489,73	39.725,92
Celcoin recargas celular	2.981,99	-	2.981,99	5.327,46
Cartão Sulcredi	-	-	-	65.740,62
Devedores BRDE Juro Zero	-	-	-	70.478,75
Operador Nacional Cartórios	345,31	-	345,31	377,86
Certificados Digitais Valid	116,25	-	116,25	-
OCESC/SESCOOP valores a restituir	14.262,55	-	14.262,55	-
Total	868.880,42	-	868.880,42	1.182.981,54

* valores em Reais

NOTA 06 – ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA E MATERIAIS EM ESTOQUE

Descrição	31/12/2023			31/12/2022
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Imóveis	2.059.287,93	50.933,00	2.110.220,93	600.933,00
Veículos e Afins	7.300,00	-	7.300,00	69.124,20
Máquinas e equipamentos	-	-	-	29.000,00
Material de estoque	314.216,04	-	314.216,04	169.775,31
Total	2.380.803,97	50.933,00	2.431.736,97	868.832,51

* valores em Reais

NOTA 07 – IMOBILIZADO**a) Investimentos**

Não possui saldo em Investimentos para a data base

b) Imobilizado de uso e Intangíveis

Imobilizado de Uso e Intangíveis	31/12/2023			31/12/2022	Taxas anuais de depreciação %
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizações em curso	-	-	-	1.371.017,62	0%
Terrenos	185.200,00	-	185.200,00	185.200,00	0%
Edificações	3.008.902,22	(513.883,71)	2.495.018,51	892.222,72	4%
Benfeitorias em imóveis locados	371.092,59	(221.454,78)	149.637,81	149.502,36	4%
Móveis e equipamentos de uso	2.257.302,06	-	2.257.302,06	2.257.302,06	10%
Sistema de comunicação	343.610,62	(1.287.736,06)	1.313.176,62	764.935,62	10%
Sistema de segurança	-	-	-	-	10%
Sistema de processamento de dados	1.079.424,22	(708.630,73)	370.793,49	172.662,73	20%
Sistema de transporte	890.514,97	(593.838,64)	296.676,33	270.641,53	20%
Intangível	74.959,02	(74.959,02)	-	77,57	10%
Total	8.211.005,70	(3.400.502,94)	4.810.502,76	3.806.260,15	-

* valores em Reais

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

NOTA 08 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

As obrigações por empréstimos são apresentadas a seguir :

Obrigações por empréstimos	31/12/2023			31/12/2022
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Empréstimo Banco Safra	5.938.904,12	1.933.387,35	7.872.291,47	10.729.870,00
Empréstimo BADESC	806.621,88	10.475.094,25	11.281.716,13	6.925.594,92
Empréstimo Santander	7.203.806,85	-	7.203.806,85	5.092.743,95
Empréstimo Oiko Credit	4.073.145,52	11.032.647,64	15.105.793,16	21.479.870,00
Empréstimo Caixa Econômica Federal	2.209.391,58	4.072.953,13	6.282.344,71	2.846.726,49
Total	20.231.869,95	27.514.082,37	47.745.952,32	47.074.805,36

* valores em Reais

NOTA 09 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2023			31/12/2022
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Obrigações por convênios oficiais	919.825,54	-	919.825,54	692.890,24
Provisão para pagamentos a efetuar	851.868,82	-	851.868,82	722.172,23
Prov. Processos cíveis	88.701,78	-	88.701,78	24.240,00
Provisão para Eventos Sociais	425.010,04	-	425.010,04	391.050,00
Provisão para Coobrigações	1.114.232,64	-	1.114.232,64	1.080.789,59
Credores diversos	10.200,00	-	10.200,00	21.878,45
Sobras de caixa	1.905,28	-	1.905,28	-
Total	3.411.744,10	-	3.411.744,10	2.933.020,51

* valores em Reais

NOTA 10 – CAPITAL SOCIAL

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	32.515.749,92	27.036.847,09

* valores em Reais

	31/12/2023	31/12/2022
Total de associados	15.717	15.276

NOTA 11 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos a vista	354.161,54	186.953,22
Pessoas físicas	354.161,54	186.953,22
Depósitos a prazo	1.173.338,69	821.233,90
Pessoas físicas	1.173.338,69	821.233,90
Operações de crédito	2.970.060,42	2.654.307,33
Cota Capital	552.955,22	515.278,62
Remuneração de empregados e administradores	7.764.414,08	6.468.667,79
Remuneração pessoas chave da administração	359.151,33	318.619,35

* valores em Reais

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (a vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelos empregados e administradores.

Inclui-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade a empregados e administradores em troca dos serviços que lhe são prestados.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A Remuneração do pessoal chave da administração são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade.

NOTA 12 – COMPONENTE DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes ativos:

Caixa e equivalentes de caixa	Inicial: 01/01/2023	Final: 31/12/2023	Varição
Caixa	935.368,03	991.628,86	56.260,83
Depósitos bancários	13.895,27	2.170,77	(11.724,50)
Reservas Livres	54.126,57	318.124,86	263.998,29
Total	1.003.389,87	1.311.924,49	308.534,62

* valores em Reais

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- i. Ter como finalidade atender compromissos de curto prazo;
- ii. Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa;
- iii. Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor;
- iv. Ter prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias na data da aquisição.

NOTA 13 – ÍNDICE DE BASILÉIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN 4.606/17, compatível com os riscos de suas atividades. Segundo o que estipula o artigo 12º. da Resolução CMN 4.606/17, o valor do PR deve ser superior ao Patrimônio de Referência Exigível (PRE) – que é composto pela soma das parcelas de exposição aos diversos riscos a que a instituição está submetida na execução de suas atividades, apuradas conforme a legislação correspondente a cada risco.

A cooperativa utiliza-se da metodologia de facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRs5), efetuando cálculo da parcela de ativos ponderados pelo risco na forma simplificada RWAs5, Circ.Nº3.862/17.

Abaixo estão demonstrado os Limites Operacionais da Cooperativa:

Limites operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PRs5)	48.486.495,75	41.918.593,19
Patrimônio de referência exigido	45.082.976,28	40.351.428,69
Limite do PRs5 (sobra ou insuficiência)	3.403.519,47	1.567.164,50
Índice de Basileia (mínimo 17%)	18,28%	17,66%

* valores em Reais

NOTA 14 – RESOLUÇÃO 4.966/2021

Conforme estabelecido na Resolução nº 4.966/2021 em seu Art.76, parágrafo único: "II - divulgado, de forma resumida, nas notas explicativas às demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022", transcrevemos abaixo o Plano de implementação da regulamentação contábil estabelecida na referida Resolução.

Plano de implementação

O plano de implementação da resolução CMN Nº 4.966/2021, estabelecido pelo artigo 76 da norma, é um projeto institucional, o qual será analisado e executado por integrantes das áreas de contabilidade, risco, gerência e tecnologia dessa cooperativa.

A resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros das instituições financeiras brasileiras. Ela entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2025, e revogará 19 normas vigentes sobre instrumentos financeiros, entre elas a Resolução CMN Nº 2.682/1999 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa. A cooperativa seguirá os pilares da Resolução a fim de possibilitar uma implementação eficiente, buscando pontos de assimetria com as suas características econômicas-financeiras, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos de trabalho às medidas apresentadas até a data em vigor da resolução.

Abaixo o cronograma para atender o disposto na resolução:

- 2º semestre de 2022 – Debates com a equipe interna sobre a questão, a fim de obter conhecimento adequado sobre a amplitude da norma em pauta.
- Demonstrações Financeiras do exercício de 2022 – Divulgação resumida do plano para implementação da regulamentação contábil estabelecida na Resolução CMN N.º 4.966/2021;
- Emissão do relatório de avaliação dos instrumentos financeiros apontando as alterações necessárias para adequação da classificação, mensuração, reconhecimento e baixa, bem como, do estudo da metodologia simplificada para provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.
Entrega: 31/03/2023
Responsáveis: Áreas de contabilidade, risco e gerência;
- Conclusão do estudo com a área de tecnologia para levantamento dos pontos de alteração do sistema de tecnologia e/ou aquisição de sistemas complementares.
Entrega: 30/06/2023
Responsáveis: Áreas de tecnologia, contabilidade, risco e gerência;
 - Demonstrações Financeiras do exercício de 2023 – Divulgação do status do plano para implementação da regulamentação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021, bem como, alterações necessárias ou normas adicionais editadas pelo Banco Central do Brasil;
 - Disponibilização da versão de teste do sistema de tecnologia.
Entrega: 31/03/2024
Responsável: Área de tecnologia;
 - Conclusão do teste do sistema de tecnologia e apontamento das alterações e/ou melhorias.
Entrega: 30/06/2024
Responsáveis: Áreas de contabilidade, risco e supervisão;
 - Disponibilização da versão final do sistema de tecnologia.
Entrega: 30/09/2024
Responsável: Área de tecnologia;
 - Análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução 4.966/2021
Entrega: 31/12/2024
Responsáveis: Áreas de contabilidade e risco;
 - Demonstrações Financeiras do exercício de 2024 – Divulgação dos impactos estimados da implementação da regulação contábil sobre o resultado e a posição financeira da instituição.

O desenvolvimento do plano de implementação será apresentado a Diretoria Executiva sempre que solicitado, para acompanhamento do projeto e, se necessário, redirecionamento dele.

DENILSON LUIZ RODIGHERO
Presidente / Diretor Resp. Área Contábil
CPF: 543.432.089-15

FRANCIELI DIAS DA SILVA
Contadora
CRC PR 064.037/O-6 T/SC